

O GRUPO FAMÍLIA CIDADÃ E A NÃO ADESÃO DOS SEUS USUÁRIOS NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO CRAS DE MARTINÓPOLIS: UMA DEMANDA PARA O SERVIÇO SOCIAL

Valéria Brandão Claro da SILVEIRA¹

Luci Martins Barbatto VOLPATO²

RESUMO: O presente trabalho abordará a problemática diante da não adesão dos usuários que pertencem ao grupo Família Cidadã nas atividades desenvolvidas no âmbito do CRAS de Martinópolis. O objeto será estudado diante da preocupação da não adesão dos usuários nessas atividades, como sendo, uma demanda para o Serviço Social, levando em consideração que as atividades são entendidas como um meio de aproximação entre os usuários e a equipe multiprofissional do CRAS, onde podemos ter a possibilidade de acompanhamento desses usuários, bem como de sua família e como forma de estratégia de identificação de novas possíveis situações de vulnerabilidades e riscos sociais e possibilidades de superação.

Palavras-chave: Adesão. Atividades. CRAS. Família Cidadã. Serviço Social. Usuários.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordará a problemática da não adesão dos usuários do grupo Família Cidadã nas atividades desenvolvidas no âmbito do CRAS de Martinópolis, através da análise do perfil dos usuários, sua composição familiar, renda, buscando compreender o seu contexto de vida, e com isso melhor apreender sobre por que não participam. Esta busca de dados dos usuários será realizada através do acesso ao SIS que é entendido como o Sistema de Informação Social, é um programa on-line onde pode ser acessado a ficha de cadastro atualizada dos usuários, bem como, verificar lançamentos de encaminhamentos social, é um instrumento utilizado pela rede sócio assistencial do município.

¹ Discente do 3º ano do Curso de Serviço Social do Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente – SP. E-mail: valeria_brandaosilveira@hotmail.com.

² Docente do Curso de Serviço Social do Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente – SP. E-mail: luci@toledoprudente.edu.br.

A primeira parte do trabalho discorrerá sobre a Política Nacional de Assistência Social e o trabalho desenvolvido no CRAS de Martinópolis junto às famílias em seu território de abrangência.

A segunda parte buscará compreender o que tem motivado a não Participação Social dos usuários que pertencem ao grupo Família Cidadã nas ações desenvolvidas no CRAS de Martinópolis. Para tanto, utilizou-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa junto a estes usuários, onde foram entrevistados usuários que estão participando e os usuários que não estão participando das atividades, sendo realizada, através de entrevistas onde se utilizou um questionário, levando em consideração que o objetivo da pesquisa realizada com esses dois grupos, apresenta por finalidade compreender os reais motivos porque não estão participando das atividades.

Na terceira parte tratará sobre o enfrentamento do Serviço Social em relação ao resultado da pesquisa, visando que o trabalho realizado tem como objetivo levar a equipe multidisciplinar do CRAS para que venha a apresentar à possibilidade de estar mais próximo dos usuários, podendo assim, trabalhar na identificação de novas situações de vulnerabilidades e riscos sociais.

E por fim, as considerações finais.

O trabalho realizado utilizou-se do método histórico dialético, pesquisa quantitativa com usuários através de questionário, pesquisa on-line, pesquisa bibliográfica.

2 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O TRABALHO DESENVOLVIDO COM AS FAMÍLIAS NO ÂMBITO DO CRAS DE MARTINÓPOLIS.

Antes de ser reconhecida como uma política pública, a Assistência Social era vista como uma benesse, uma ajuda, um auxílio aos mais necessitados. Sob a forte influência da Igreja Católica a assistência era vista como uma maneira de praticar a caridade, onde as ações eram realizadas pelas mulheres, moças da classe burguesa.

Os trabalhadores que viviam as expressões da questão social eram culpabilizados pela sua miséria, realizava-se um trabalho no sentido que ele tinha que se ajustar à sociedade, isso sendo uma maneira com que a classe trabalhadora não se rebelasse e continuasse sendo explorado pelo grande capital.

Diante do movimento de redemocratização do país, a assistência social passa a ser problematizada na arena do Estado, ganhando o caráter de política pública, definindo o papel e dever do Estado e o direito do cidadão.

“Em 1985 o I PND–Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República particulariza a assistência social como política pública, reconhece o usuário como sujeito de direitos, sugere que seja ampliada sua participação e realizada ruptura com a leitura caritativa e tutelar com que a assistência social era tradicionalmente gerida.”
(Sposati, pg. 41, 2011).

Segundo Ministério do Desenvolvimento Social, a Política Nacional de Assistência Social, é uma política que junto com outras políticas setoriais, consideram as desigualdades sócio territoriais, e buscam o seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais.

“Artigo 6º: São os direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”
(Constituição Federal, 1988).

O público alvo dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidades e riscos sociais. Isso significa a garantia a todos que dela necessitar, sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. A Política de Assistência Social vai permitir a padronização, melhoria e ampliação dos serviços de assistência no país, respeitando as diferenças locais.

No ano de 2004 na IV Conferência Nacional de Assistência Social, que ocorreu em Brasília, foi implantado o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), regulamentando a Política Nacional de Assistência Social, como caráter de ação pública, como direito do cidadão e dever do Estado.

Reafirmando o que já havia sido estabelecido na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993.

Segundo nos traz a NORMA OPERACIONAL BÁSICA NOB/SUAS, o SUAS é definido como: “um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico no campo da proteção social”. (NOB/SUAS, 2005, pg. 13).

“A Proteção Social de Assistência Social se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão e sua família enfrentem na trajetória da vida, decorrentes de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana”.
(NOB/SUAS, 2005, pg. 16).

A atenção às famílias tem como perspectiva fazer avançar o caráter preventivo de proteção social, de modo a fortalecer laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros e indivíduos, para que suas capacidades, e qualidade de vida levem a concretização de direitos humanos e sociais.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social 2004, são funções da Assistência Social: a proteção social hierarquizada entre proteção social básica (CRAS) e proteção especial (CREAS), vigilância social e a defesa dos direitos socioassistenciais.

Assim podemos definir que o trabalho realizado no CRAS de Martinópolis se consolida através da Política Nacional de Assistência Social (Proteção Básica), Sistema Único da Assistência Social (SUAS), podendo se relacionar com as demais políticas públicas de acordo com as demandas de seus usuários.

“O CRAS é uma unidade de proteção básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento das potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.”
(Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social, pg. 9, 2009).

O CRAS Casa da Família, foi implantado no município através de uma Lei Ordinária Nº 2.491, de 8 de Março de 2007. “Dispõe sob a criação dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS, e dá outras providências”. Sendo aprovada pela Câmara municipal e sancionada pelo prefeito: Antônio Leal Cordeiro.

O CRAS está situado a Rua: Honório Bevenuto, nº 541, Vila Alegrete, na cidade de Martinópolis, São Paulo. “Possui natureza pública, descentralizada da Política de Assistência Social, através da organização e oferta dos serviços sócios assistenciais de Proteção Básica”.

Apresenta como finalidade a função protetiva, trabalhando com a prevenção da ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos seus usuários, bem como, de sua família. Sua missão é trabalhar e prevenir as situações de vulnerabilidades e riscos sociais. Possui como público alvo: pessoas desprovidas de renda, com trabalho informal, e inseridos em programas sociais.

São os usuários que pertencem à classe trabalhadora que vivenciam as expressões da questão social, tornando-se objeto de trabalho para o serviço social. É junto a essa classe que o serviço social atuará de forma investigativa, interventiva, no desvelamento de sua realidade, afim, de politizar esses sujeitos, na busca de sua autonomia e protagonismo social, diante da reafirmação de seus direitos, tendo por objetivo a redução das desigualdades, injustiças sociais.

“Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc.”
(Iamamoto, pg.28, 2012)

Nesta perspectiva o CRAS trabalha com seus usuários no âmbito de dois programas: o PAIF (PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA), e o SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS).

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o PAIF é um dos Serviços da Proteção Básica de Proteção e Atendimento Integral às Famílias descrito como:

“PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo”.
(Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, 2009, pg.6).

O grupo Família Cidadã que abordaremos aqui, encontra-se inserido no âmbito do PAIF. A escolha do nome do grupo foi feita pelos próprios usuários, que são beneficiários de alguns benefícios eventuais, como a cesta básica onde alguns usuários recebem mensalmente, ou em meses alternados, por um determinado período até que sua família volte a se organizar financeiramente, ou são alguns beneficiários que participam de algum programa de transferência de renda como: Programa Bolsa Família, Renda Cidadã. Dentre as atividades desenvolvidas mensalmente com esse grupo destacam-se: reuniões, palestras, oficinas, cursos, atividades de lazer, que possuem caráter socioeducativo.

Lembrando que, os grupos socioeducativos tem por objetivo sensibilizar a comunidade para alguma questão, mobilizar para a realização de eventos, campanhas, divulgando as atividades do PAIF e outros serviços socio assistenciais.

3 UMA APROXIMAÇÃO À REALIDADE DOS USUÁRIOS DO GRUPO FAMÍLIA CIDADÃ DO CRAS DE MARTINÓPOLIS

O objetivo desta pesquisa é buscar compreender o que tem gerado a não adesão, por parte dos usuários do grupo Família Cidadã, nas ações, desenvolvidas pelo CRAS, embora o planejamento anual realizado no CRAS seja elaborado mediante a participação do usuário.

Neste contexto de participação o usuário é ouvido e as suas sugestões são abordadas de maneira relevante, já que, o planejamento anual

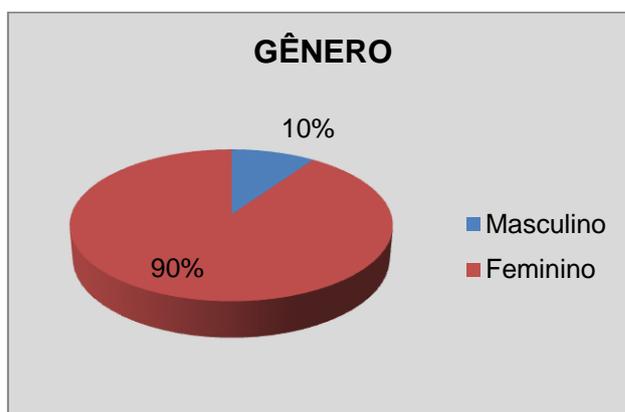
vai de encontro com as necessidades e sugestões do usuário, reafirmando assim, sua autonomia e seu protagonismo social. A sua ausência é indicativo de que não estamos atingindo o objetivo proposto.

As atividades configuram-se como um meio de aproximação entre os usuários e a equipe multiprofissional do CRAS, é espaço de possibilidade de acompanhamento desses usuários, bem como de sua família e como forma estratégica de identificação de novas possíveis situações de vulnerabilidades e riscos sociais. É “preciso entender analiticamente as condições objetivas de vida do usuário, mediante o conhecimento do modo como estabelecem suas relações cotidianas, como se reconhece como sujeito que é, ao mesmo tempo, individual e coletivo. (Mabel, Mascarenhas Torres, SERV. SOC. REV, LONDRINA; V. 12, N.1, 202 P. 202 – 227, JUL/DEZ: 2009, p. 222). A proposta de construir o perfil dos usuários do grupo, é buscar conhecer o que pensam os usuários que participam e aqueles que não participam das atividades, de forma investigativa permitindo uma aproximação com a realidade do usuário e identificar as demandas postas e a construção de respostas profissionais articuladas junto as condições objetivas de vida do usuário e sua realidade social.

Foi realizada pesquisa documental através do SIS (Sistema de Informação Social), onde encontram-se cadastrados os usuários do grupo Família Cidadã e realizada pesquisa de campo com aplicação de questionário. Foi realizado a pesquisa com 20 usuários, sendo: 10 que estavam participando das atividades no âmbito do CRAS e 10 que não estavam participando.

3.1. Quanto ao gênero

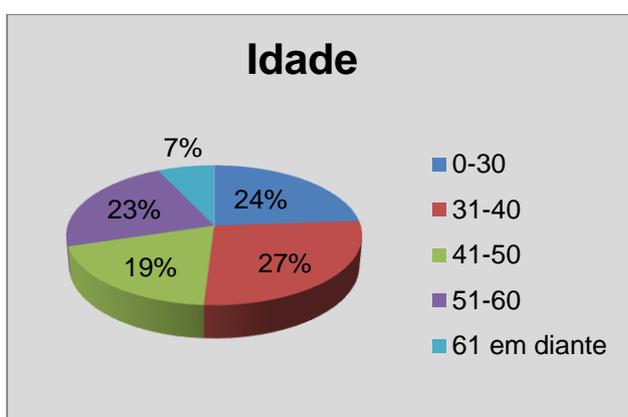
Gráfico 1: GÊNERO



No gráfico1, podemos analisar em relação ao gênero que 90% dos usuários que pertencem ao grupo Família Cidadã são mulheres, e apenas 10% são homens, isso significa dizer que a grande maioria dos usuários que buscam os serviços do CRAS são mulheres e acabam sendo consideradas como chefe de família.

3.2 Idade dos Usuários do Grupo Família Cidadã

Gráfico 2: IDADE

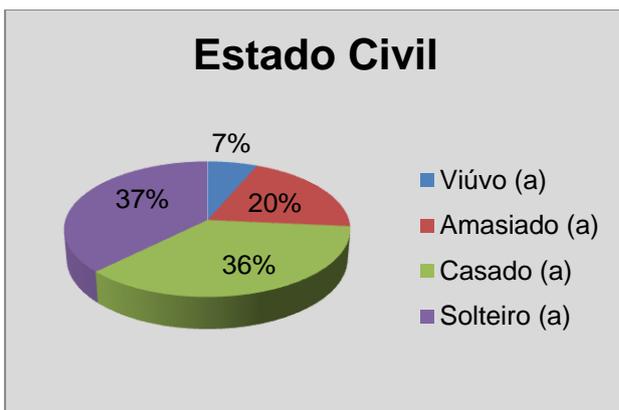


Fonte: Gráfico elaborado pela autora 2015.

No gráfico 2, verificamos que, a faixa etária predominante é a de 31 à 40 anos, uma idade considerada produtiva para o mercado de trabalho, representando 27% dos usuários, porém, esses usuários encontram-se fora do mercado de trabalho ou acabam realizando um trabalho informal, já que o município é escasso em oferta de emprego. Apresenta 24% dos usuários até 30 anos, 23% de 51 a 60 anos, 19% de 41 a 50 anos e 7% de 61 anos em diante, podemos então constatar que a faixa etária desse grupo pode ser considerada uma faixa etária de predominância entre jovens e adultos que poderiam estar ativos no mercado de trabalho.

3.3 O Estado Civil dos usuários

Gráfico 3: ESTADO CIVIL

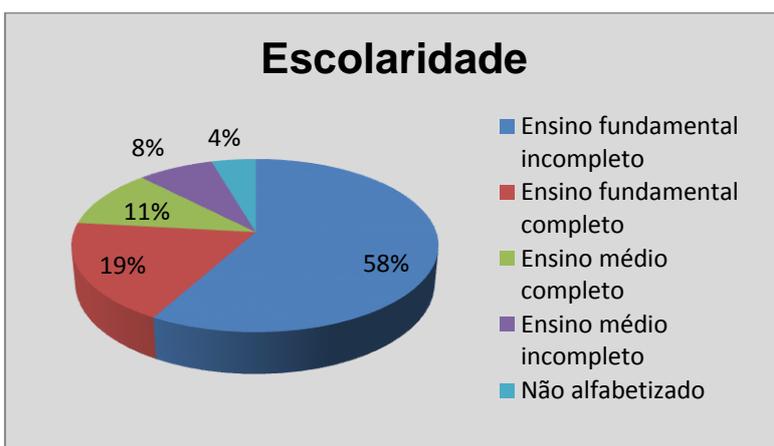


Fonte: Gráfico elaborado pela autora 2015.

O gráfico 3, apresenta o estado civil dos usuários, no qual podemos observar que em sua grande maioria, 37% dos usuários, declararam-se solteiros, isso, comparado ao gráfico 1, que nos demonstrou que 90% do grupo é composto de mulheres e nos permite deduzir, que essas mulheres, além de serem consideradas chefe de família, também, são solteiras. Outros, 36% declararam-se casados; 20% amasiados, ou seja, vivem em união estável e apenas 7% declararam-se viúvo.

3.4 A escolaridade

Gráfico 4: ESCOLARIDADE

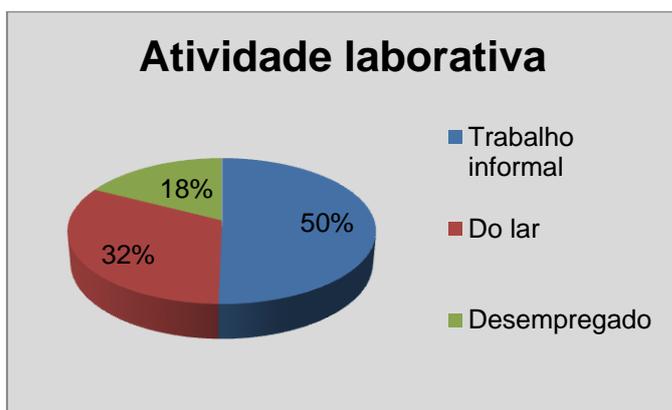


Fonte: Gráfico elaborado pela autora 2015.

No gráfico 4, nos demonstra o nível de escolaridade dos usuários, constatando que 58% possui ensino fundamental incompleto, apenas 19% o ensino fundamental completo, 11% ensino médio completo, apenas 8% ensino médio incompleto e apenas 4% declararam-se não alfabetizados. Diante desta estimativa podemos avaliar que o nível de escolaridade desses usuários é considerado baixo, isso, pode acabar se tornando um fator que reflete na dificuldade de inserção no mercado de trabalho desse grupo. Essa situação nos faz analisar o quanto esses usuários estão expostos às vulnerabilidades, nos levando a refletir também sobre os motivos pelo qual não concluíram seus estudos: falta de oportunidades, motivo de trabalho, falta de acesso à escola, dentre outros.

3.5 Quanto a Atividade Laborativa

Gráfico 5: ATIVIDADE LABORATIVA

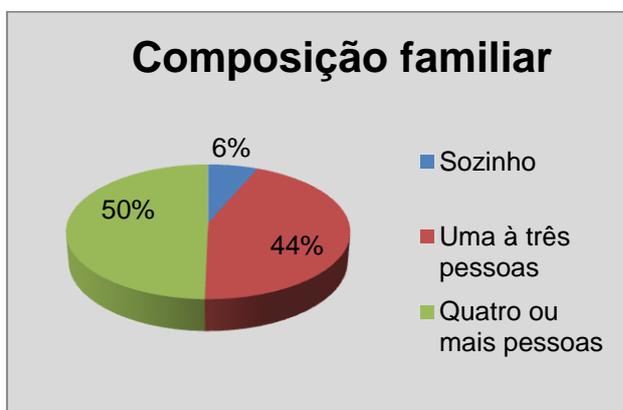


Fonte: Gráfico elaborado pela autora 2015.

O gráfico 5, demonstra a atividade laborativa dos usuários, onde constata-se que, 50% declararam que realizam o trabalho informal, ou seja, os famosos “bicos”, que é o trabalho eventual sem carteira assinada. Segundo os usuários, esse tipo de trabalho se apresenta como: diárias como faxina doméstica, serviços rurais, manicure, entregador de panfletos, dentre outros. Já, 32% declararam como atividade laborativa do lar, ou seja, dona de casa e 18% declararam-se como desempregado.

3.6 A composição familiar

Gráfico 6: COMPOSIÇÃO FAMILIAR

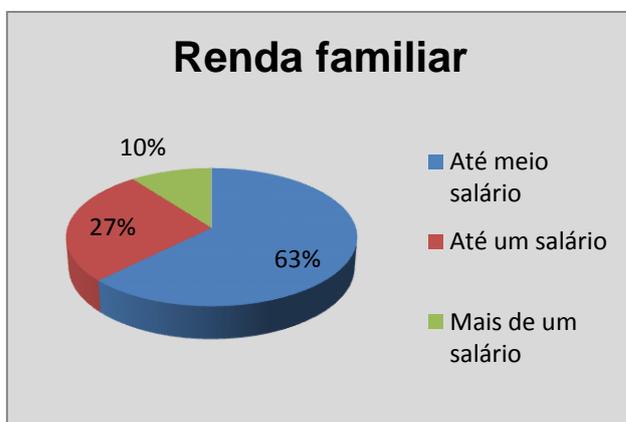


Fonte: Gráfico elaborado pela autora 2015.

O gráfico 6, apresenta a composição familiar, onde podemos constatar que 50% das famílias dos usuários, são compostas de quatro pessoas ou mais, isso significa dizer que, são famílias numerosas tornando-se um dos motivos que a leva à situações de riscos e vulnerabilidades sociais, dependendo do contexto familiar em que vivem. Os demais 44% referem-se a famílias compostas de uma a três pessoas e apenas 6% vivem sozinhos.

3.1.7 A renda familiar

Gráfico 7: RENDA FAMILIAR



Fonte: Gráfico elaborado pela autora 2015.

O gráfico 7, tem por finalidade apresentar a renda familiar deste grupo, demonstrando que 63% dos usuários possuem renda familiar de até meio salário mínimo, ou seja, R\$ 394,00. Se compararmos uma família numerosa de 4 ou mais pessoas como foi demonstrado no Gráfico 6, nos levará a pensar como essa família conseguirá manter suas necessidades básicas com tal valor? Aqui nos deixa essa inquietação, provavelmente pelo aspecto da renda essa família estará mais uma vez caindo em situação de risco e vulnerabilidade social. O gráfico ainda nos mostra que 27% possuem renda familiar igual a um salário e 10% mais de um salário mínimo.

Fica evidenciada a situação de vulnerabilidade e risco social que o usuário e sua família estão expostos, quando comparados a renda familiar e a composição familiar, ou seja, uma renda consideravelmente baixa para uma família numerosa.

4 A participação social dos usuários do grupo Família Cidadã

Quanto à participação social dos usuários que foram entrevistados, tanto os usuários que participam das atividades desenvolvidas no CRAS e os que não participam, com o intuito de compreender os motivos que os levam a não participarem, e identificar junto aos que participam das atividades suas expectativas em relação às atividades desenvolvidas no CRAS.

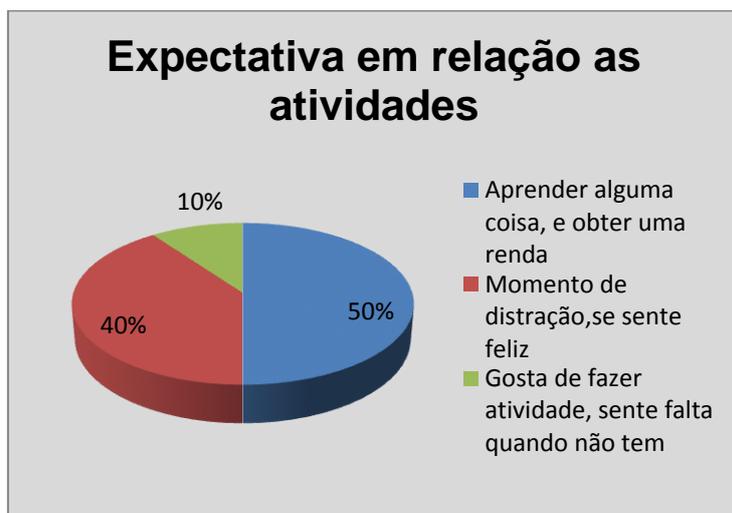
O objetivo desse trabalho veio ao encontro dos meus questionamentos enquanto pesquisadora e de encontro aos anseios da equipe multiprofissional do CRAS.

4.1 Expectativas em relação às atividades desenvolvidas no CRAS.

A entrevista foi realizada com os usuários que participam das atividades de artesanato: pintura em tecido. Foram entrevistados de dez usuários, sendo, todas mulheres.

O gráfico 8 apresenta as expectativas em relação as atividades do CRAS.

Gráfico 8: Expectativas em relação as atividades desenvolvidas no CRAS



Fonte: Gráfico elaborado pela autora 2015.

Quando indagados sobre quais expectativas apresentam em relação às atividades, 50% das usuárias responderam: aprender alguma coisa e obter uma renda; 40% compreendem as atividades como um momento de distração e se sente feliz; e 10% respondeu que gostam de fazer a atividade e sente falta o dia que não tem a mesma. Diante dessas respostas podemos observar que os usuários que participam das atividades, participam porque gostam demonstrando que se sentem acolhidos, e como a resposta que predominou: quer aprender alguma coisa e obter uma renda. Podemos assim, perceber que esses usuários estão dispostos a se emanciparem e obter uma mudança de vida.

4.2 A não adesão às atividades desenvolvidas no CRAS de Martinópolis dos usuários do Grupo Família Cidadã

Foram entrevistadas dez pessoas em domicílio, sendo, nove mulheres e apenas um homem, a pergunta central foi: por quais motivos você não está participando das atividades desenvolvidas no CRAS.

O gráfico 9, demonstra quais os motivos apontados pelos usuários por não estarem participando das atividades no âmbito do CRAS.

Gráfico 9: GRUPO QUE NÃO PARTICIPAM DA ATIVIDADES NO CRAS



Fonte: Gráfico elaborado pela autora 2015.

Como respostas 60% afirmaram que cuidam de filhos menores e não tem com quem deixa-los para participarem das atividades, já que, essas crianças também não frequentam a creche. Já 30% responderam que não frequentam as atividades por indisponibilidade de horário, pois, no horário das atividades estão no trabalho informal, ou fazem algum outro tipo de atividade. E apenas 10% responderam que não se interessam pelas atividades e gostariam de fazer outros cursos profissionalizantes.

Diante dos dados apresentados, podemos então analisar o perfil do Grupo Família Cidadã como sendo, basicamente composto por mulheres, já que elas representam 90% da composição do grupo. Um grupo composto em sua maioria por adultos sendo a grande parcela 27% com idade entre 31 a 40 anos, quanto ao estado civil, 37% são solteiros, este é um dado que pode estar ligado ao fato do grupo ter o predomínio do gênero feminino, já que é possível constatar que elas são consideradas chefe de família.

No que se refere à escolaridade no gráfico 4: 58% dos usuários possuem o ensino fundamental incompleto, isso pode estar associado ao gráfico 5 que analisa a questão da atividade laborativa, onde mostra que 50% dos usuários encontram-se no trabalho informal, estaria então o nível de escolaridade relacionado a sua posição no mercado de trabalho?

Quanto à composição familiar pode ser analisado que o número de famílias compostas por quatro pessoas ou mais é de 44% ou seja, famílias numerosas. Já no gráfico 7, quanto a renda familiar podemos avaliar que em sua grande maioria 63% possuem renda de até meio salário mínimo. Em comparação a esses dois gráficos podem analisar que famílias numerosas, tentando sobreviver com meio salário mínimo, que seria R\$ 394,00, com certeza estarão mais expostas a riscos e vulnerabilidades sociais.

Ao analisarmos os gráficos 8, sobre as expectativas em relação às atividades desenvolvidas no CRAS e gráfico 9, sobre a não adesão às atividades desenvolvidas no CRAS dos usuários do Grupo Família Cidadã estaremos indo ao encontro com os anseios dessa pesquisa. Podemos concluir que quanto às expectativas dos que participam, eles se sentem acolhidos, gostam de fazer atividades, e com isso pretende obter uma renda. Demonstra a sua vontade de emancipação e mudança de condição de vida.

Diante das respostas do gráfico 9, podemos analisar que 60% dos usuários que não participam das atividades pois cuidam de filhos menores e não tem com quem deixa-los. Já que os mesmos, não frequentam a creche e 30% não participam por indisponibilidade de horário.

Na unidade seguinte trataremos do enfrentamento do Serviço Social, diante da problemática da não adesão dos usuários nas atividades desenvolvidas no âmbito do CRAS.

4 O ENFRENTAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL DIANTE DA NÃO ADESÃO DOS USUÁRIOS DO GRUPO FAMÍLIA CIDADÃ NAS ATIVIDADES NO ÂMBITO DO CRAS

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho. Nossa profissão se destaca pelo seu movimento dialético, sua visão crítica da realidade, pois, consegue enxergar para além da realidade que se apresenta. No trabalho realizado no CRAS temos na família a atenção central para nossa ação profissional.

Assim, o CRAS torna-se os olhos do Estado em um determinado território de abrangência onde as famílias estejam passando por situações de riscos e vulnerabilidades sociais.

“Essa centralidade deve-se ao reconhecimento, pela política de assistência social, de responsabilidade estatal de proteção social às famílias, apreendida como “núcleo básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” e “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias” dos indivíduos”.

(Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social, pg, 12, 2009).

Como já dito anteriormente as atividades desenvolvidas no âmbito do CRAS de Martinópolis, tem como intuito trazer o usuário o mais próximo possível para perto da equipe multidisciplinar, para que com esse contato seja possível acompanhar essas famílias mais de perto, possibilitando assim, novas maneiras de identificação de novas situações de vulnerabilidades e risco social.

A abordagem na perspectiva socioeducativa é solicitada ao assistente social no desenvolvimento do seu trabalho de acompanhamento no CRAS. O trabalho socioeducativo, no seu processo metodológico,

“o usuário é o sujeito, reconhecido como protagonista dessa relação. Nessa perspectiva, o assistente social deve ser capaz de democratizar informações e fomentar a tomada de decisão por parte do usuário. Os serviços prestados não são vistos como favor, mas, como um direito que será acessado para suprir as necessidades apresentadas pelo usuário e/ ou identificadas pelo assistente social (TORRES, 2009, p. 223).

Diante da avaliação dos resultados das entrevistas com os usuários que não estão participando das atividades do CRAS, revelou-se que 60% das respostas foram de mulheres que cuidam de filhos menores, e não tem com quem deixa-los para participar das atividades, já que, as mesmas referem que não conseguiram matricular seus filhos na creche.

Com isso, surge uma nova demanda para o Serviço Social, buscar inserir essas crianças na creche, sendo o direito da creche reconhecido como direito da criança e não da mãe que não está trabalhando.

Porém, temos que compreender que a realidade do município é que não há vagas para atender as crianças que necessitam do serviço da creche, e com isso as vagas acabam sendo priorizadas para a criança, cujo a mãe já esteja trabalhando.

Analisando esse contexto é possível pensar em novas estratégias para o enfrentamento dessa demanda. Procurar discutir com essas mães alternativas para que possam participar das atividades se realmente não há ninguém que possa ficar com essas crianças, enquanto ela vai para atividade no CRAS, uma vizinha, que tenha disponibilidade de horário, ou algum parente, como também, organizar atividades lúdicas com as crianças no CRAS, no horário em que as mães estão envolvidas com as atividades.

Outros dados da realidade que nos chamaram atenção foram: o nível de escolaridade, a atividade laborativa, bem como a renda familiar e a composição familiar.

Ao analisarmos o nível de escolaridade, descrito no gráfico 4 onde predominou como resultado que 58% dos usuários possuem o ensino fundamental incompleto e como atividade laborativa, conforme o gráfico 5: 50% trabalho informal, podemos analisar que com um baixo nível de escolaridade, realmente se torna difícil uma boa posição no mercado de trabalho.

Porém a de se ressaltar que o CRAS nesse sentido trabalha com parcerias como SESI, SENAI, na busca de trazer cursos que qualifiquem esses usuários para o mercado de trabalho, não que sejam cursos profissionalizantes, mas são cursos que podem capacitá-los a produzir algo que lhes proporcione uma renda. Pois, para o investimento em cursos profissionalizantes seria necessário dispor de mais recursos financeiros.

Ao analisarmos o gráfico 6, onde nos é apresentado que 50% dos usuários possuem sua composição familiar com quatro pessoas ou mais, e ao verificarmos o gráfico 7, onde observou-se que a renda familiar que predominou entre os usuários foi de 63% com meio salário mínimo, ou seja, R\$ 394,00, isso nos leva a refletir como uma família numerosa consegue manter suas necessidades básicas com esse valor.

Através do perfil desses usuários se explica a necessidade de estarem inseridos nos serviços do CRAS, onde, podemos concluir que se trata de uma população que realmente está mais exposta a riscos e vulnerabilidades sociais.

Diante da preocupação com as fragilidades familiares e sociais que as famílias do seu território de abrangência estão expostas é que o CRAS segue seus serviços, que são desenvolvidos como já dito no início desse trabalho com base na Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como o acesso as demais políticas sociais das quais seus usuários necessitarem, na busca da reafirmação de seus direitos, para que se alcance sua autonomia e protagonismo social.

O CRAS vem dar essas respostas fazendo a inclusão de seus usuários, que se encontram no seu território de abrangência através de benefícios eventuais e programas sociais, na garantia dos mínimos sociais dessa população que se encontra em situações de riscos e vulnerabilidades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado buscou construir um perfil socioeconômico dos usuários que pertencem ao Grupo Família Cidadã e identificar o que tem levado os usuários a não aderirem as atividades desenvolvidas no âmbito do CRAS de Martinópolis. Essa questão foi problematizada devido à preocupação em conhecer o que motiva os usuários a não participarem das atividades, já que são reconhecidas como um meio de aproximação dos usuários e da equipe multiprofissional do CRAS, onde os usuários serão acompanhados e poderão ocorrer identificações de novas situações de risco e vulnerabilidade social. Essa discussão sob a não participação se tornou objeto desse trabalho e também era um anseio da equipe do CRAS em conhecer esses motivos.

O CRAS Casa da Família, foi implantado no município através da Lei Ordinária Nº 2.491, de 8 de Março de 2007. Apresenta como finalidade a função protetiva, trabalhando com a prevenção da ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos seus usuários, bem como de sua família. Possui como missão trabalhar e prevenir as situações de vulnerabilidades e riscos sociais. Destaca como público alvo: pessoa desprovida de renda, com trabalho informal e inserida em programas sociais.

O grupo alvo desta pesquisa foi o grupo: Família Cidadã, que se encontra inserido no âmbito do PAIF (Programa de Atendimento Integral À Família). A escolha do nome do grupo foi feita pelos próprios usuários, que são beneficiários de alguns benefícios eventuais, como a cesta básica, ou são alguns beneficiários que participam de algum programa de transferência de renda como: Programa Bolsa Família, Renda Cidadã.

Os dados analisados para a construção do perfil desses usuários foram coletados do SIS (Sistema de Informação Social), é um programa on-line onde se pode ter acesso a ficha de cadastro atualizada dos usuários, bem como, verificar lançamentos de encaminhamento social, é um instrumento utilizado pela rede sócio assistencial do município.

Diante dos gráficos apresentados, podemos então analisar o perfil do Grupo Família Cidadã, como sendo, basicamente composto por mulheres, já que elas representam 90% da composição do grupo. Um grupo composto em sua maioria por adultos sendo a grande parcela 27% com idade entre 31 a 40 anos, quanto ao estado civil, 37% são solteiros, este é um dado que pode estar ligado ao fato de o grupo ter o predomínio do gênero feminino, já que é possível constatar que elas são consideradas chefe de família.

No que se refere à escolaridade no gráfico 4: 58% dos usuários possuem o ensino fundamental incompleto, isso pode estar associado ao gráfico 5 que analisa a questão da atividade laborativa, onde mostra que 50% dos usuários encontram-se no trabalho informal, estaria então o nível de escolaridade relacionado a sua posição no mercado de trabalho?

Quanto à composição familiar pode ser analisado que o número de famílias compostas por quatro pessoas ou mais é de 44% ou seja, famílias numerosas. Já no gráfico 7, quanto a renda familiar podemos avaliar que em sua grande maioria 63% possuem renda de até meio salário mínimo. Em comparação a esses dois gráficos podem analisar que famílias numerosas, tentando sobreviver com meio salário mínimo, que seria R\$ 394,00, com certeza estarão mais expostas a riscos e vulnerabilidades sociais.

Ao analisarmos os gráficos 8 e 9 estamos indo de encontro aos anseios dessa pesquisa que são as respostas analisadas através de entrevistas realizadas com os usuários que participam das atividades, e os que não participam. Podemos concluir que quanto às expectativas dos que participam, eles se sentem acolhidos, gostam de fazer atividades, e com isso pretende obter uma renda, isso mostra a sua vontade de emancipação e mudança de condição de vida.

Diante da avaliação dos resultados das entrevistas com os usuários que não estão participando das atividades do CRAS, revelou-se que 60% das respostas foram de mulheres que cuidam de filhos menores, e não tem com quem deixa-los para participar das atividades, já que, as mesmas referem que não conseguiram matricular seus filhos na creche.

Com isso, surge uma nova demanda para o Serviço Social, buscar inserir essas crianças na creche, sendo o direito da creche reconhecido como direito da criança e não da mãe que não está trabalhando.

Porém, temos que compreender que no município faltam vagas para as crianças que necessitam de estar na creche, e com isso as vagas acabam sendo priorizadas para a criança, cujo a mãe já esteja trabalhando.

Analisando esse contexto é possível pensar em novas estratégias para o enfrentamento dessa demanda. Procurar confrontar com essas mães se realmente não há ninguém que possa ficar com essas crianças, enquanto ela vai para atividade no CRAS, uma vizinha, que tenha disponibilidade de horário, ou algum parente?

Outra inquietação que surgiu durante a pesquisa foram os resultados referentes aos gráficos 4 e 5, e os gráficos 6 e 7, onde tratam sobre: nível de escolaridade e atividade laborativa; composição familiar e renda familiar.

O nível de escolaridade predominante é o ensino fundamental incompleto que representa: 58% dos usuários, comparado a função laborativa que é de 50% dos usuários se encontram no trabalho informal, aqui podemos concluir que o nível de escolaridade pode estar associado à atividade laborativa, onde predomina o trabalho informal.

Já nos gráficos 6 e 7, onde nos revela que quanto à composição familiar com quatro pessoas ou mais é de 50% e a renda familiar de meio salário mínimo atinge o percentual de 63% dos usuários, nos deixa a seguinte indagação: como famílias que apresentam sua composição numerosa conseguirão prover suas necessidades básicas com apenas R\$ 394,00 mensalmente?

O CRAS vem dar essas respostas fazendo a inclusão de seus usuários, que se encontram no seu território de abrangência através de benefícios eventuais e programas sociais, na garantia dos mínimos sociais dessa população que encontram-se em situações de riscos e vulnerabilidades sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 18/09/2015 às 16:30hs.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**. 22^a ed. São Paulo, editora Cortez, 2012.

MABEL, Mascarenhas Torres* As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio- educativo. In **SERV. SOC. REV.**, Londrina, V. 12, N.1, 202 P. 202-227, jul/dez. 2009.

NORMA OPERACIONAL BÁSICA NOB/SUAS. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicação/diversos/mini_cd/pdf/nob_suas.pdf

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS. Brasília, 2009.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Disponível: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/assistencia-social/usuario/pnas-politica-nacional-de-assistencia-social-institucional>. Acesso em 22/09/2015 às 11:30hs.

SPOSATI, Aldáisa. **A MENINA LOAS UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**. 6^a ed. São Paulo, editora Cortez, 2011.

TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS. Texto da RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009.

ANEXO 1: QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS USUÁRIOS QUE ENCONTRAVAM-SE EM ATIVIDADE NO CRAS.

1. Você vai frequentemente ao CRAS? Por quais motivos?

2. O que você acha do CRAS?

3. Você participa de alguma atividade desenvolvida no CRAS? Qual(is)?

4. Ao participar das atividades desenvolvidas no CRAS você já obteve alguma mudança em sua vida? Quais expectativas?

5. Sugestões:

ANEXO 2: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS USUÁRIOS EM DOMÍLIO QUE NO MOMENTO NÃO PARTICIPAVAM DE NENHUMA ATIVIDADE NO ÂMBITO DO CRAS.

1.Você vai frequentemente ao CRAS? Por quais motivos?

2. O que você acha do CRAS? Faz alguma atividade?

3.Quais as dificuldades em participar das atividades desenvolvidas no CRAS?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> trabalho | <input type="checkbox"/> atividades não interessam |
| <input type="checkbox"/> indisponibilidade de horário | <input type="checkbox"/> problemas de saúde |
| <input type="checkbox"/> distância | <input type="checkbox"/> outros motivos. |
| <input type="checkbox"/> cuida de filhos menores | |

Justificativa:

4. O que você espera (expectativas) das atividades?

5. Sugestões:
